

O contributo dos **emigrantes portugueses**, enquanto potenciais promotores turísticos, para o **desenvolvimento económico** nas **áreas rurais** em Portugal

ROSSANA ANDREIA NEVES DOS SANTOS * [rossanasantos@ua.pt]

CARLOS MANUEL MARTINS DA COSTA ** [ccosta@ua.pt]

Resumo | Este artigo tem como objetivo demonstrar que os emigrantes portugueses, enquanto potenciais promotores turísticos, poderão contribuir para impulsionar as etapas iniciais do desenvolvimento económico das áreas rurais em Portugal. Este pressuposto é válido se tivermos em consideração, por um lado, os vários estudos realizados, em países em vias de desenvolvimento e áreas rurais, reveladores de que as despesas turísticas criam mais emprego e rendimento do que qualquer outro setor da economia, pelo seu efeito multiplicador e a sua ligação a praticamente todas as outras indústrias da economia. Por outro lado, os resultados preliminares de um estudo recente realizado entre os emigrantes portugueses (diretos) corroboram parte daquele argumento ao considerarmos a sua idade, grau escolar e capital, obtidos durante a emigração, bem como a possibilidade de pretenderem regressar, investir num negócio e ter um emprego na área do turismo, no seu local de origem, em Portugal.

Palavras-chave | Emigrantes Portugueses, Áreas Rurais, Turismo, Desenvolvimento Económico.

Abstract | This article intends to demonstrate that the Portuguese emigrants, while potential tourist promoters, will be able to contribute to stimulate the initial stages of the economic development of the rural areas in Portugal. This estimated is valid if we consider some studies carried in developing countries and rural areas, disclosers that touristic expenditures create more employment and income than any other economic setor, due to its multiplier effect and its linking to almost all the other industries of the economy. On the other hand, the preliminary results of a carried recent study to Portuguese emigrants corroborate part of that argument when considering its age, graduation and economic capital, obtained during the emigration, as well as the possibility to intend to return, to invest in a business and to have a job in the tourism area, in its place of origin, Portugal.

Keywords | Portuguese Emigrants, Rural Areas, Tourism, Economic Development.

* **Doutoranda em Turismo** na Universidade de Aveiro, **Membro** da Unidade de Investigação GOVCOPP na Universidade de Aveiro.

** **Doutorado em Turismo** pela Universidade de Surrey (Reino Unido), **Professor Associado com Agregação** no Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

1. O potencial de uma estratégia baseada no turismo para o desenvolvimento económico rural

Pretendendo-se demonstrar neste artigo que os emigrantes portugueses, enquanto potenciais promotores turísticos, podem contribuir para o desenvolvimento económico das áreas rurais, importa reter que o mundo rural foi e continua a ser confrontado com várias crises, emigração, grande aumento do desemprego e reestruturação acelerada da produção e das explorações (Cavaco, 2009; Labrianidis, 2003). Consequentemente, a mobilidade da população rural em Portugal tem sido condicionada por condições locais e de atração, sobretudo ligadas às oportunidades de emprego e de rendimento (ver, por exemplo, Ferrão, 1996; Gonçalves, 2007). Neste âmbito, o empreendedorismo permite aumentar o emprego e as pequenas e médias empresas (PME's) têm um papel essencial nas áreas rurais, na medida em que compreendem o volume de atividade empresarial local (Labrianidis e Thanassis 2003, citados por Labrianidis, 2003).

No período que se seguiu após a II Guerra Mundial a contribuição do setor agrícola para o Produto Nacional Bruto (PNB) e como fonte de emprego tem vindo a diminuir (Williams, 1984). Como resultado, “as estratégias de promoção do desenvolvimento rural passaram a estar concentradas na concessão de subsídios sectoriais e no recrutamento de atividades industriais sendo, no entanto, limitativas” (Diniz, 1999: 100-101). O estudo de Meller e Marfán (1981), sobre o impacto da pequena e da grande indústria na criação de emprego num país em vias de desenvolvimento, demonstra precisamente que apesar da pequena indústria assumir um papel importante na criação de emprego direto, os efeitos indiretos e multiplicadores do emprego criados pela grande indústria são visivelmente maiores. No entanto, tem havido algum descontentamento em regiões predominantemente rurais, pelo estabelecimento de grandes empresas industriais que canalizam quase exclusivamente os seus *outputs*

para o exterior, pouco ou nada se preocupando com os recursos e os consumos das regiões onde se instalam (Cepeda, 1988). Por outro lado, embora o setor da construção, enquanto outra atividade económica do setor secundário, estimule a criação de emprego, pelo aparecimento de algumas indústrias locais, King (1986) refere que são empregos temporários já que a sua continuidade depende do fluxo regular de emigrantes regressados às áreas de origem.

Já no que se refere à década de 80, o aumento do emprego nas áreas rurais dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) deveu-se maioritariamente ao crescimento registado no setor dos serviços (Bryden e Bollman, 2000). Os resultados de um estudo realizado nos Estados Unidos da América (EUA) evidenciam esta situação, revelando que as áreas rurais intensivas no setor dos serviços têm crescido economicamente mais do que as áreas rurais intensivas nos setores da agricultura, minas ou indústria, pelo aumento registado no emprego, rendimento *per capita* e maior equilíbrio na distribuição do rendimento rural (Kilkenny e Partridge, 2009). Neste sentido, o aumento do emprego no setor terciário tem-se revelado a variável chave na explicação da imigração ou da pouca emigração (ver King e Strachan 1980a, 1980b, citados por King, 1984). Assim, nas palavras de Kay *et al.* (2007), o desenvolvimento económico deverá direcionar-se para os serviços locais e reconhecer as suas ligações a montante e a jusante, a fim de se poder contabilizar empiricamente a totalidade do seu papel no crescimento económico.

Contudo, nem todas as atividades do setor terciário evidenciam a mesma capacidade de gerar emprego. Por exemplo, embora na década de 80 os serviços públicos (educação, saúde e administração pública), enquanto atividade económica do setor terciário, tenham sido empregadores significativos, em muitas áreas rurais, na década de 90 a sua importância foi sendo cada vez menor (ver Bryden e Bollman, 2000). Do mesmo modo, verifica-se que as atividades que incluem o pequeno comércio também não têm um impacto significativo na geração de em-

prego (ver, por exemplo, Gonçalves 2003, citado por Gonçalves, 2007). Em alternativa, o papel do emprego no setor do turismo tem tido uma contribuição importante no crescimento da economia nacional, bem como na transformação de algumas economias regionais (Williams, 1984).

Destaca-se, contudo, que nem todas as localidades rurais que carecem de oportunidades de emprego e de rendimento são candidatas para promover o turismo como uma estratégia para o desenvolvimento económico (Fleischer e Felsenstein, 2000). Para tal, é necessário que os espaços rurais tenham recursos de qualidade e saibam rentabilizá-los podendo, desta forma, o turismo ser uma atividade capaz de contribuir para a revitalização das economias locais, diversificação de atividades que lhe são tributárias, desenvolvimento de outros setores económicos (pelo efeito multiplicador), criação e qualificação de emprego, geração de rendimento, melhoria das infraestruturas de transporte, dos serviços (que beneficiam igualmente a sociedade local) e a criação de receitas públicas locais (ver, por exemplo, Reeder e Brown, 2005). Segundo Hughes e Shields (2007) um programa turístico pode igualmente ser utilizado para atrair novos residentes para uma determinada área. No seu livro, McWatters (2009) identifica uma cadeia de correlação que resulta num tipo de migração (semi)permanente orientada para o consumo. Inicia-se com a evolução do turismo de curta duração, o desenvolvimento de amenidades e serviços orientados para o consumidor e a criação de diferentes fluxos para formas mais permanentes de consumo, orientado para a migração num determinado destino ou área (McWatters, 2009).

No entanto, uma estratégia poderá não ser bem sucedida em todos os lugares ou sob todas as condições, mas sim em alguns lugares que se encontram sob algumas condições. Isto significa que, em primeiro lugar, uma política de desenvolvimento do interior terá de basear-se em grandes investimentos ao nível de infraestruturas e serviços indispensáveis ao investimento (estradas, caminhos de ferro, eletrificação, etc.) e à fixação de recursos humanos (Kilkenny e

Partridge, 2009). Deste modo, o turismo deve ser apenas uma componente de um programa de desenvolvimento rural mais amplo, sendo fundamental uma colaboração estreita entre o setor público, o setor privado, as comunidades e a sociedade civil, de forma a garantir que os objetivos da sua política de investimento sejam alcançados (Mahony e Zyl, 2002). É com este cenário que argumentamos que o desenvolvimento do turismo, sob certas condições, poderá constituir-se um motor do desenvolvimento económico das áreas rurais, embora não de forma isolada, uma vez que todos os setores da economia têm o seu contributo a dar.

2. O efeito multiplicador das despesas turísticas nas áreas rurais

Reconhecendo que o aumento do emprego e do rendimento é uma das formas de conseguir alcançar o desenvolvimento rural em Portugal (Diniz, 1999; Labrianidis, 2003), é nossa pretensão destacar que a despesa turística cria mais emprego e rendimento do que qualquer outro setor da economia, bem como gera e mantém emprego em outros setores da economia que apoiam ou fornecem os visitantes e as empresas turísticas. Os vários estudos realizados em países em vias de desenvolvimento e em áreas rurais, que evidenciam o efeito multiplicador das despesas turísticas e a sua ligação a praticamente todas as outras indústrias da economia, constituem um exemplo disso (ver, por exemplo Eadington e Smith 1992, citados por Fleischer e Felsenstein, 2000; Lipman 1997, citado por Hughes e Shields, 2007; Mahony e Zyl, 2002; Mazumder, 2009; Reeder e Brown, 2005; Nathan Associates e Resource Planning Associates, 1966).

A extensão da integração do turismo na economia nacional é medida pelo seu efeito multiplicador na economia (Hughes e Shields, 2007). Segundo Wall e Mathieson (2006) o multiplicador turístico pode definir-se como o resultado da multiplicação das despesas turísticas iniciais, no sentido de obter

um efeito cumulativo do rendimento total por um determinado período de tempo. Os efeitos multiplicadores da despesa turística constituem uma das áreas mais bem investigadas na literatura económica do turismo e a maioria dos estudos empíricos adota a técnica *input-output* para avaliar o impacto económico total da despesa turística (ver, por exemplo, Cernat e Gourdon, 2005; Johnson e Moore, 1993; Lejarraja e Walkenhorst, 2007; Mazumder, 2009; Schwer *et al.*, 2000, Taylor *et al.*, 1993, citados por Saayman e Saayman, 2006).

Entre os vários estudos realizados, Kweka *et al.* (2003) mediram o potencial económico do turismo na economia da Tanzânia, através da técnica *input-output*. Os resultados do estudo revelaram que, embora o turismo não se tenha traduzido em benefícios em termos de emprego, teve um impacto significativo no rendimento sobretudo quando se consideraram os efeitos das ligações entre os vários setores. No entanto, Mazumder (2009) argumenta que a maior desvantagem da análise de Kweka *et al.* é considerar apenas os efeitos diretos e indiretos do turismo, bem como o setor hoteleiro e a restauração como os únicos setores relacionados com o turismo. O estudo de Saayman e Saayman (2006) corrobora a argumentação de Mazumder ao estimar a contribuição económica das despesas dos visitantes no Kruger National Park (KNP), em Mpumalanga. Os investigadores verificaram que, apesar do impacto significativo do KNP no desenvolvimento da indústria turística, o seu contributo (como um único produto turístico) para a economia da província era relativamente pequeno. Tal como Sinclair (2007) refere, o turismo é um produto composto, que envolve os setores do transporte, alojamento, *catering*, entretenimento, recursos naturais e outras facilidades e serviços e, nesse sentido, deve ser analisado não como uma única indústria por si só, mas como um conjunto de indústrias e mercados inter-relacionados localizados, quer nos países industrializados, quer nos países em desenvolvimento.

Por outro lado, a atividade turística atua indiretamente, ao gerar rendimento, não só na indústria

turística complementar, mas em quase todos os setores económicos. Segundo Barbosa (2005) o seu reflexo faz-se sentir na construção civil, na indústria alimentar, na produção de móveis e utensílios domésticos, nos serviços de profissionais liberais e na banca. O setor público é afetado pela realização de obras e pelo incremento do comércio em geral, especialmente ligado aos produtos típicos (Barbosa, 2005). Pelo mesmo processo de reação, a investigadora refere também que toda a rede de indústrias e serviços relacionados com o transporte beneficia igualmente com o desenvolvimento do turismo. Na indústria complementar, o setor de animação e cultura tem igualmente uma dinamização proporcional ao incremento da atividade turística (Barbosa, 2005). Assim, ao reconhecer os efeitos dos multiplicadores diretos, indiretos e induzidos do turismo, Mazumder (2009) demonstra, através da técnica *input-output*, que o turismo contribui significativamente para a economia da Malásia em termos de criação de produção, rendimento, emprego e valor acrescentado, e destaca igualmente que a indústria turística é relativamente intensiva em trabalho.

No entanto, o facto da magnitude do multiplicador das despesas turísticas depender de uma série de fatores internos, inerentes aos próprios países e regiões, contribui para explicar os efeitos modestos do turismo no desenvolvimento local em algumas áreas rurais. A magnitude do multiplicador turístico pode variar de país para país e de região para região, dependendo da natureza da sua base económica ou da interdependência entre setores na economia do destino. Assim, em geral, quanto menor for a base económica, menor será a autossuficiência da região e muita da despesa turística será canalizada para fora da região, conduzindo a um baixo multiplicador económico (Wall e Mathieson, 2006). Neste contexto, as economias abertas apresentam maior capacidade para gerar ligações a montante entre o turismo e os outros setores da economia recetora (Lejarraja e Walkenhorst, 2007). Cernat e Gourdon (2005) referem que se o setor do turismo fizer uso dos produtos e serviços produzidos pela economia

local, irá fortalecer os outros setores da economia e proporcionar rendimento adicional. Neste artigo, ao propormos os emigrantes portugueses como potenciais promotores turísticos das áreas rurais, mais facilmente se poderá garantir o consumo de produtos e serviços produzidos localmente (ver Scheyvens, 2007).

Wall e Mathieson (2006) argumentam que apenas no caso da área destino ser grande é que existirá maior propensão para que os bens e serviços sejam fornecidos localmente e para que mais utilizadores das facilidades sejam considerados como locais. No entanto, na ausência de infraestruturas e serviços existirá um menor efeito multiplicador, induzindo os visitantes a adquirir os bens essenciais no local de origem e, dessa forma, a realizarem menos despesas no destino turístico (ver Wanhill, 1994). Segundo Lejarraja e Walkenhorst (2007) o turismo gera uma procura diversificada dentro das fronteiras da economia recetora e introduz novas oportunidades para os empreendedores, que quando são aproveitadas localmente têm o potencial para diversificar a economia. A componente endógena na gestão, organização e implementação das atividades turísticas deve ser muito significativa, caso contrário a contribuição do turismo para o desenvolvimento poderá não ser tão substancial, ainda que, em nenhum caso, depreciativa (Tous *et al.*, 2000, citado por Jordão *et al.*, 2006).

Assim sendo, a complementaridade de recursos e de atividades para a criação de um produto turístico diversificado e integrado (em vez da substituição dos recursos locais e atividades) é uma estratégia chave para os destinos turísticos rurais (Petrou *et al.*, 2007). Uma estratégia de gestão e de marketing que incorpore a complementaridade de recursos e/ou atividades conduz ao aumento de parcerias e sinergias, enquanto a substituição entre os recursos e/ou atividades tende a conduzir ao aumento da competitividade e conflito nos destinos turísticos rurais (Petrou *et al.*, 2007). Para este efeito, a economia local deve promover mais ligações e redes no sentido de reduzir as perdas e de maximizar os benefícios do

desenvolvimento do turismo (Rinne e Saastamoinen, 2005). Segundo Rinne e Saastamoinen (2005) na política de desenvolvimento do turismo esta medida pode ser tão efetiva quanto o aumento do número de turistas. Neste âmbito, destacamos, que são também as empresas localizadas em regiões mais ricas em atrações turísticas as que evidenciam um maior nível de produtividade (ver Fleischer e Tchetchik, 2003).

De acordo com a literatura existem também diferenças substanciais nos multiplicadores das despesas turísticas entre os diferentes segmentos de visitantes (Sun, 2005). Neste âmbito, destacamos o facto do turista que procura os espaços rurais ser um mercado constituído por estratos socioprofissionais de classe média/alta, que manifesta interesse pela preservação patrimonial e ambiental e pela valorização dos produtos genuínos (ver Richards 2001, citado por Smith, 2003: 32). Assim, a magnitude do multiplicador da despesa turística depende das despesas turísticas iniciais ou do valor acrescentado gerado no primeiro *round* de despesa. Por exemplo, Wall e Mathieson (2006) argumentam que os visitantes que usam tipos de alojamento mais intensivos geram um número substancial de empregos equivalentes.

Neste âmbito, destacamos que os empreendimentos turísticos são estabelecimentos que, para além de prestarem serviços de alojamento, mediante remuneração, dispõem, para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares, enquanto o alojamento local apenas presta serviços de alojamento temporário, mediante remuneração, e não reúnem os requisitos para serem considerados empreendimentos turísticos (Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março). Segundo Wall e Mathieson (2006) os hotéis reúnem a maior proporção de despesas totais dos visitantes e contribuem também com a maior parte do rendimento local. Assim, a despesa com os fornecedores de *bed and breakfast* irá igualmente gerar multiplicadores mais elevados, uma vez que a maioria das despesas permanece no operador de *bed and breakfast* que, por sua vez, compra a maior parte dos produtos locais (Wall e Mathieson, 2006).

Finalmente, destacam-se ainda os resultados de uma investigação realizada em 375 condados nos EUA. Verifica-se, que num condado com poucas atividades económicas (por exemplo, onde o processamento de alimentos associado à fraca produtividade agrícola são as atividades económicas dominantes) o multiplicador do emprego no turismo tende a ser maior do que a média do total desse condado, enquanto num condado com várias atividades económicas, onde o emprego no turismo se compara desfavoravelmente com outros tipos de emprego induzido pela exportação, o multiplicador situa-se abaixo da média (Nathan Associates e Resource Planning Associates, 1966). Assim sendo, neste artigo, pretendemos sugerir que o desenvolvimento do turismo, impulsionado pelos emigrantes portugueses, pode atuar como um motor das etapas iniciais do desenvolvimento económico dos territórios rurais. Esta discussão irá ter seguimento na secção 4.

3. Metodologia

Face à realidade retratada dos territórios rurais em Portugal e ao potencial do setor do turismo para impulsionar as suas etapas iniciais de desenvolvimento económico, em abril de 2008 deu-se início a um estudo na Universidade de Aveiro, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com o intuito de avaliar o contributo do regresso potencial dos emigrantes portugueses para o desenvolvimento do turismo naqueles territórios. O processo de recolha dos dados iniciou-se no dia 01 de julho de 2011 e terminou em 31 de outubro do mesmo ano, totalizando no final 5157 questionários preenchidos válidos. A população dos emigrantes portugueses não é conhecida e os dados foram obtidos através da aplicação de um inquérito por questionário aos emigrantes diretos. Uma das suas formas de administração foi através do correio, tendo sido

remitidos 4000 questionários para as residências dos emigrantes portugueses nos vários países de emigração. Dos 4000 questionários remetidos por correio, 54 foram devolvidos e obteve-se uma taxa de resposta de 9,32%.

Para a obtenção das respetivas moradas das residências dos emigrantes no estrangeiro seguiu-se a metodologia já testada num estudo exploratório (ver Cirino, 2008). Nesse estudo foi assumido como população, a base de dados cedida, de forma muito cooperante, por um jornal regional "O Ílhavense". Na medida em que se tratava de um estudo exploratório, a autora assumiu que um número muito significativo de emigrantes comprava o jornal da terra e, por consequência, considerou que esta população é representativa dos portugueses, do respetivo concelho, residentes no estrangeiro. No intuito de seguir a mesma metodologia, a identificação dos distritos (e seleção dos respetivos concelhos) com maior número de residências de origem de emigrantes portugueses, entre 1970-81, permitiu-nos, por sua vez, identificar também as publicações regionais mensais, ou se inexistentes, semanais, associadas a cada um desses concelhos. A listagem completa das publicações periódicas regionais em Portugal foi fornecida pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). Na impossibilidade de colaboração por parte de alguma publicação, por motivos de encerramento ou ausência de contacto, ou ainda a situação de recusa de uma das publicações, o critério seguido para o pedido de colaboração no estudo foi sempre a ordem das publicações incluídas na lista fornecida pela ERC.

Durante o mesmo período de 01 de julho a 31 de outubro, a administração do questionário fez-se igualmente pela internet e pela rede social do *facebook*, permitindo reunir, no final, mais 4800 questionários preenchidos válidos. Até 31 de julho, a administração do questionário foi feita na imprensa digital e em portais eletrónicos dirigidos às comunidades portuguesas no estrangeiro, bem como pelo

envio de emails para as associações de emigrantes e entidades oficiais diretamente ligadas à emigração. Para além de se ter dado continuidade à administração do questionário na internet, durante o mês de agosto procedeu-se também à sua divulgação na rede social do *facebook*, através dos próprios administradores das páginas oficiais de cantores de música portuguesa (popular, pop, rock e fado). Entre os artistas portugueses que colaboraram mencionamos o Tony Carreira, Mickael Carreira, Ana Moura, Camané, Pedro Abrunhosa, Adelaide Ferreira, Os Anjos, Santos e Pecadores, As Bombocas, Emanuel, Magui Mateus, Miguel Rivotti, Santa Maria, Sérgio Rossi, Alexandre Faria, Élvio Santiago, Manuel Campos, Marcelo & Alex Dupla, José Cid, João Claro e o Grupo Musical Santa Cruz.

Nos dois últimos meses, a estratégia de administração do questionário estendeu-se ainda à criação e manutenção da própria página do estudo no *facebook* (em www.facebook.com/emigrantesportugueses). Durante este período, com o objetivo de informar os emigrantes portugueses sobre as formas de participação no estudo, a página foi divulgada, várias vezes ao dia, na rádio e televisão portuguesa, através dos canais da Rádio Internacional e África, bem como pelo canal da RTP Internacional (RTPi). Para além disso, a divulgação também foi feita em todos os jornais digitais, que colaboraram na administração do questionário aos emigrantes portugueses; e através de emails enviados para a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, Consulados/ Embaixadas, Associações e Casas do Benfica e do Porto no estrangeiro. Referimos ainda, a divulgação pela própria investigadora no *facebook*, administradora da página do estudo, em diversos grupos de emigrantes portugueses, em perfis relacionados com o tema Portugal (e outros selecionados pelo maior número de fãs), bem como ainda pelo contacto com alguns emigrantes, administradores de páginas de grupos no *facebook*, através das suas caixas de correio.

4. O contributo dos emigrantes portugueses, enquanto potenciais promotores turísticos, para o desenvolvimento económico das áreas rurais em Portugal

Na sequência da reação à crise que se instalou nos países de destino da emigração dos anos 60, o fim dos ciclos emigratórios “continental” e “colonial” permitiu assegurar às principais cidades de Portugal um afluxo de experiências profissionais e competências técnicas adquiridas no exterior, e que o êxodo rural, diretamente canalizado pelas migrações internas, nunca conseguiria garantir (Ferrão, 1996). De acordo com Ferrão (1996), os protagonistas daqueles ciclos emigratórios representaram o necessário investimento para que Portugal viesse a ser aceite como membro efetivo do espaço económico comunitário. Numa primeira fase, pré-regresso, estimularam reestruturações e ajustamentos importantes (mecanização da agricultura, melhoria dos circuitos de distribuição dos bens de consumo e de intermediação financeira, etc.); e numa segunda fase, pós-regresso, diversificaram e qualificaram diversos segmentos do mercado, nomeadamente do trabalho (Ferrão, 1996).

Contudo, por outro lado, os emigrantes portugueses regressados às áreas rurais de origem não alteraram significativamente as perspetivas de desenvolvimento destas regiões, devido à existência de barreiras externas, nomeadamente a falta de uma política de emigração que cuidasse da valorização humana e profissional dos emigrantes, a falta de uma política de regresso que informasse sobre as alternativas de reinserção socioeconómica local e a falta de uma política de desenvolvimento regional que as estimulasse, bem como de obstáculos internos como a cautelosa gestão do risco (comportamento este que se enraíza na cultura camponesa) e a inexistente ou limitada capacidade empresarial (Portela e Nobre, 2001). Daí que, tendo a emigração contribuído para a estagnação das regiões (sobretudo as interiores), o regresso, embora não tivesse piorado a situação criada pela emigração, e antes a

melhorasse em termos relativos, manteve, funcionalmente, a mesma situação existente (Serrão, 1985). No entanto, segundo Meneses (2005) a emigração dos portugueses, outrora fonte de empobrecimento da sua terra natal, pode atualmente gerar desenvolvimento económico e ser um polo atrativo de dinamismo económico do interior português, abraçando a tradição portuguesa com a evolução e a inovação empresarial assimilada fora do país.

Os resultados preliminares do estudo sobre a avaliação do contributo do regresso potencial dos emigrantes portugueses (diretos) para o desenvolvimento do turismo nos territórios rurais, a decorrer na Universidade de Aveiro, dão algum suporte empírico à argumentação anterior ao verificar-se que, entre os emigrantes com idade até 39 anos que pretendem regressar, apenas 0,1% é que não têm qualquer tipo de escolaridade e 1,2% têm somente a escola primária (Quadro 1). Relativamente aos que possuem mais formação e pretendem regressar, 18,1% têm curso

superior, 4,5% já frequentaram o ensino superior e 2,5% distribuem-se por outro tipo de formação (Mestrado, Doutoramento, MBA ou Pós-Graduação) (Quadro 1). Contudo, verifica-se igualmente que, entre estes emigrantes com idade até 39 anos, apenas 7,8% é que têm curso na área da hotelaria e/ou turismo e apenas 12,9% têm formação profissional nesta área (Quadro 2).

Em relação ao capital que conseguiram acumular durante a sua experiência de emigração, 17% dos emigrantes portugueses referem ter e 31,2% referem talvez ter capital para investir num negócio em Portugal (Quadro 3). Ao reconhecermos o efeito multiplicador do turismo, de emprego e rendimento, sobretudo em áreas com poucas atividades económicas, como é o caso dos territórios rurais, destacamos que são precisamente os emigrantes oriundos desses territórios e com curso superior os que mais referem ter ou talvez ter capital para investir num negócio em Portugal (Quadros 3 e 4).

Quadro 1 | Desejo de regresso dos emigrantes com idade até 39 anos vs. grau de escolaridade

Grau escolar	Desejo de regresso				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Nenhum	0,1%	0,0%	–	0,1%	0,2%
Escola Primária	1,2%	0,5%	0,2%	0,2%	2,1%
9º ano de escolaridade	7,1%	3,9%	1,7%	1,5%	14,1%
12º ano de escolaridade	7,1%	3,0%	1,6%	1,4%	13,2%
Curso Técnico-Profissional	6,4%	3,3%	1,4%	1,0%	12,2%
Frequentou Ensino Superior	4,5%	2,7%	1,3%	0,5%	9,0%
Curso Superior	18,1%	12,1%	5,1%	2,2%	37,5%
Outro	2,5%	2,3%	1,0%	0,3%	6,1%
NS/NR	2,0%	1,6%	0,7%	1,3%	5,6%
Total	49,0%	29,4%	13,0%	8,5%	100,0%

Fonte: elaboração própria.

Quadro 2 | Formação dos emigrantes com idade até 39 anos na área da hotelaria e/ou turismo

		a) Experiência profissional no setor da hotelaria e/ou turismo	b) Formação profissional na área da hotelaria e/ou turismo	c) Curso na área da hotelaria e/ou turismo
Sim	N	843	361	220
	%	30,1	12,9	7,8
Não	N	1844	2162	2264
	%	65,7	77,0	80,7
NS/NR	N	119	283	322
	%	4,2	10,1	11,5
Total	N	2806	2806	2806
	%	100	100	100

Fonte: elaboração própria.

Quadro 3 | Capital para investir num negócio em Portugal vs. origem dos emigrantes

Capital para Investir		Origem dos Emigrantes			Total
		Concelhos com maior índice de centralidade	Concelhos com menor índice de centralidade	NS/NR	
P49	Sim	7,9%	9,1%	0,2%	17,2%
	Talvez	15,4%	15,8%	0,7%	31,9%
	Não	16,5%	16,9%	0,9%	34,3%
	NS/NR	8,0%	8,1%	0,5%	16,6%
	Total	47,8%	49,9%	2,2%	100,0%

Fonte: elaboração própria.

Quadro 4 | Capital para investir num negócio em Portugal vs. grau de escolaridade

Grau escolar	Capital para Investir				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Nenhum	0,3%	0,1%	0,2%	–	0,6%
Escola Primária	2,3%	3,8%	3,6%	1,5%	11,1%
9º ano de escolaridade	2,4%	6,1%	6,5%	1,3%	16,2%
12º ano de escolaridade	2,1%	4,1%	5,1%	0,9%	12,2%
Curso Técnico-Profissional	1,8%	4,0%	3,7%	1,0%	10,5%
Frequentou Ensino Superior	1,5%	2,4%	3,0%	0,5%	7,4%
Curso Superior	5,9%	9,2%	10,6%	1,3%	27,1%
Outro	0,9%	2,0%	1,4%	0,3%	4,6%
NS/NR	0,2%	0,2%	0,2%	9,7%	10,3%
Total	17,2%	31,9%	34,3%	16,6%	100,0%

Fonte: elaboração própria.

Por outro lado, entre os emigrantes com idade até 39 anos, a metade mais jovem da idade considerada como ativa pelo Instituto Nacional de Estatística (ver conceitos estatísticos em www.ine.pt), a opção do “Turismo” surge como a área onde mais gostariam de investir em Portugal (25% de respostas), seguindo-se o “Comércio” (13,2%) e a “Agricultura”

Quadro 5 | Área onde os emigrantes com idade até 39 anos mais gostariam de investir em Portugal

Áreas de investimento	N	%
a) Agricultura	601	10,6
b) Silvicultura	175	3,1
c) Pescas	99	1,7
d) Pecuária	77	1,4
e) Caça	57	1,0
f) Indústria Extrativa	112	2,0
g) Indústria Transformadora	231	4,1
h) Construção	333	5,9
i) Produção de energia	515	9,1
j) Comércio	746	13,2
l) Turismo	1413	25,0
m) Transportes	225	4,0
n) Atividades Financeiras	362	6,4
o) Outra	534	9,4
Nenhum	182	3,1
Total	5662	100,0

Fonte: elaboração própria.

(10,6%) (Quadro 5). Na esfera do setor do Turismo, 17,3% gostariam de poder investir em “Hotéis e outros serviços de alojamento”, 16,8% na “Restauração” (alimentação e bebidas) e 15% em “Serviços recreativos e outros serviços de lazer” (Quadro 6).

Quadro 6 | Área onde os emigrantes com idade até 39 anos mais gostariam de investir no setor do turismo em Portugal

Em que áreas investiria no setor do turismo?	N	%
a) Hotéis e outros serviços de alojamento	1076	17,3
b) Serviços de residência secundária por conta própria	424	6,8
c) Restauração (alimentação e bebidas)	1048	16,8
d) Serviços de transporte ferroviário	82	1,3
e) Serviços de transporte rodoviário	123	2,0
f) Serviços de transporte marítimo ou fluvial	95	1,5
g) Serviços de transporte aéreo	107	1,7
h) Serviços de apoio aos transportes	133	2,1
i) Serviços de agências de viagens	234	3,8
j) Serviço de operadores turísticos	273	4,4
l) Informação turística e guias turísticos	561	9,0
m) Aluguer de equipamento de transporte	183	2,9
n) Serviços culturais	717	11,5
o) Serviços recreativos e outros serviços de lazer	935	15,0
Nenhum	236	3,8
Total	6227	100,0

Fonte: elaboração própria.

Quadro 7 | Pretensão dos emigrantes com idade até 39 anos poderem vir ter um emprego no setor do turismo em Portugal vs. grau de escolaridade

Grau de Escolaridade		Pretensão de ter emprego no turismo				Total
		Sim	Talvez	Não	NS/NR	
P43	Nenhum	0,0%	0,1%	—	0,1%	0,2%
	Escola Primária	0,7%	0,7%	0,3%	0,45%	2,1%
	9º ano de escolaridade	5,1%	5,7%	2,1%	1,2%	14,1%
	12º ano de escolaridade	5,0%	5,0%	2,1%	1,1%	13,2%
	Curso Técnico-Profissional	5,2%	4,3%	2,2%	0,5%	12,2%
	Frequentou Ensino Superior	2,9%	3,8%	1,9%	0,4%	9,0%
	Curso Superior	7,7%	15,1%	12,4%	2,3%	37,5%
	Outro	0,9%	2,1%	2,9%	0,2%	6,1%
	NS/NR	1,1%	1,8%	1,4%	1,3%	5,6%
	Total	28,6%	38,6%	25,3%	7,5%	100,0%

Fonte: elaboração própria.

Destes emigrantes portugueses em idade ativa destacamos também que, 28,6% gostariam e que 38,6% talvez gostassem de vir a ter um emprego no setor do turismo em Portugal, sendo novamente os que têm curso superior os que mais referem estas duas respostas (Quadro 7).

5. Conclusão

Reconhecendo que o aumento do emprego e do rendimento é uma das formas de conseguir alcançar o desenvolvimento dos territórios rurais em Portugal, pretendemos demonstrar neste artigo que o desenvolvimento do turismo, impulsionado pelos emigrantes portugueses, enquanto potenciais promotores turísticos, sob certas condições, poderá constituir-se um motor do desenvolvimento económico desses territórios. Os resultados preliminares de um estudo, sobre a avaliação do contributo do regresso potencial dos emigrantes portugueses (diretos) para o desenvolvimento do turismo nos territórios rurais dão algum suporte empírico ao argumento anterior, pois permite-nos sugerir, numa primeira análise, que são precisamente os emigrantes com idade até 39 anos, oriundos dos concelhos com menor índice de centralidade e com curso superior, os que mais referem pretender regressar e fixar-se em Portugal, ter capital para aí

investirem num negócio e ter um emprego no setor de turismo. Não obstante, o facto de se verificar que a maioria não tem conhecimentos formais na área da hotelaria e/ou turismo, leva-nos a argumentar também pela necessidade de mais formação específica nesta área.

Referências Bibliográficas

- Barbosa, F., 2005, O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional, *Caminhos de Geografia*, Vol. 10(14), pp.107-114.
- Bryden, J., Bollman, R., 2000, Rural employment in industrialised countries, *Agricultural Economics*, Vol. 22(2), pp. 185-97.
- Cavaco, C., 2009, Os espaços rurais como espaços de vida: mobilidades residenciais e novas formas de habitar, *Conferência - Os Territórios de Baixa Densidade em Tempos de Mudança*, Centro de Ciência Viva da Floresta, 20-21 Março, Proença-a-Nova.
- Cepeda, F., 1988, *Emigração, regresso e desenvolvimento no nordeste interior português*, Tese de Doutoramento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- Cernat, L., Gourdon, J., 2005, *Is the concept of sustainable tourism sustainable? Developing the sustainable tourism benchmarking tool*, [http://mpr.ub.uni-muenchen.de/4178/1/MPRA_paper_4178.pdf], (Site acedido 02 Dezembro 2009).
- Cirino, S., 2008, *Turismo e migrações: impacto das visitas a Portugal dos emigrantes*, Tese de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, *Diário da República*, 1ª Série, N.º 48, Ministério da Economia e da Inovação, Lisboa.
- Diniz, F., 1999, *Desenvolvimento rural, que perspectivas? O caso do Alto Trás-os-Montes e Douro*, Fundação Rei Afonso Henriques, Zamora.
- Ferrão, J., 1996, Três décadas de consolidação do Portugal demográfico, in Barreto, A. (ed.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 165-190.

- Fleischer, A., Felsenstein, A., 2000, Support for rural tourism- does it make a difference?, *Annals of Tourism Research*, Vol. 27(4), pp. 1007-1024.
- Fleischer, A. e Tchetchik, A., 2003, Does rural tourism benefit from agriculture?, [http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517704000469], (Site acedido 09 de Outubro de 2010).
- Gonçalves, M., 2007, *Desenvolvimento em meio rural - contributos da emigração e do regresso: aplicação ao concelho de Botijas na região Barrosã*, Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, Lisboa.
- Hughes, H., Shields, M., 2007, *Revisiting tourism regional economic impact: accounting for secondary household employment*, [http://policy.rutgers.edu/cupr/trs/vol37issue2.php], (Site acedido 20 Outubro 2009).
- Johnson, R. e Moore, E., 1993, Tourism impact estimation, *Annals of Tourism Research*, Vol.20, pp. 279-288.
- Jordão, J., Cambero, I., López, J., Briz, J., 2006, El turismo rural como elemento dinamizador del desarrollo integrado y sostenible del espacio territorial português, *Comunicação no VI Colóquio Ibérico de Estudios Rurales - CIER*, 23-24 Fevereiro, Huelva, Espanha.
- Kay, D. Pratt, J., Warner, M., 2007, Role of services in regional economy growth, *Growth and Change*, Vol. 38(3), pp. 419-442.
- Kilkenny, M., Partridge, M., 2009, Export sectors and rural development, *American Journal of Agricultural Economics*, Vol. 91(4), pp. 910-929.
- King, R., 1986, Return migration and regional economic development, in King, R. (ed.), *Return migration and regional economic problems*, Croom Helm, Australia, pp. 1-37.
- King, R., 1984, Population mobility: emigration, return migration and internal migration, in Williams, A. (ed.), *Southern Europe transformed - political and economic change in Greece, Italy, Portugal and Spain*, Harper and Row Publishers, London, pp. 145-178.
- Kweka, J., Morrissey, O., Blake, A., 2003, *The economic potential of tourism in Tanzania*, [http://www.esrf.or.tz/global/output/tourism%20in%20Tz.pdf], (Site acedido em 03 Março 2010).
- Labrianidis, L. (coord.), 2003, *EU research on social sciences and humanities - The future of Europe's rural peripher, the role of entrepreneurship in responding to employment problems and social marginalization*, European Commission, [http://cordis.europa.eu/documents/documentlibrary/100124141EN6.pdf], (Site acedido 02 Agosto 2009).
- Lejarraja, I., Walkenhorst, P., 2007, *Diversification by deepening linkages with tourism*, [http://siteresources.worldbank.org/INTEXP/COMNET/Resources/Lejarraja,_Diversification_by_Deepening_Linkages_with_Tourism.pdf], (Site acedido 18 Outubro 2009).
- Mahony, K., Zyl, J., 2002, The impacts of tourism investment on rural communities: three case studies in South Africa, *Development Southern Africa*, Vol. 19(1), pp. 83-103.
- Mazumder, M., 2009, *Does tourism contribute significantly to the Malaysian economy? Multiplier analysis using I-O Technique*, [http://www.ccsenet.org/journal/index.php/ijbm/article/view/3079/2848], (Site acedido 05 Maio 2010).
- McWatters, M., 2009, *Residential tourism – (de)constructing paradise*, Channel View Publications, UK.
- Meller, P., Marfán, M., 1981, Small and large industry: employment generation, linkages, and key sectors, *Economic Development and Cultural Change*, Vol. 29(2), pp. 263-274.
- Meneses, M., 2005, *Empresarialidade Portuguesa na diáspora de emigrantes a empresários*, Tese de Mestrado, Universidade Aberta, Porto.
- Nathan Associates, Resource Planning Associates, 1966, *Recreation as an industry: Appalachian research report no. 2*, Appalachian Regional Commission, Washington, DC.
- Petrou, A., Pantziou, E., Dimara, E. e Skuras, D., 2007, Resources and Activities Complementarities: the Role of Business Networks in the Provision of Integrated Rural Tourism, *Tourism Geographies*, Vol. 9(4), pp. 421-440.
- Portela, J. e Nobre, S., 2001, Entre Pinela e Paris: emigração e regressos, *Análise Social*, Vol. XXXVI (161), pp. 1105-1146.
- Reeder, R., Brown, D., 2005, *Recreation, tourism and rural well-being*, [http://www.ers.usda.gov/publications/err7/err7.pdf], (Site acedido 10 Abril 2010).
- Rinne, P., Saastamoinen, O., 2005, Local economic role of nature-based tourism in Kuhmo municipality, Eastern Finland, *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, Vol. 5(2), pp. 89-101.
- Saayman, M., Saayman, A., 2006, Estimating the economic contribution of visitor spending in the Kruger National Park to the regional economy, *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 14(1), pp. 67-81.
- Scheyvens, R., 2007, Poor cousins no more: valuing the development potential of domestic and diaspora tourism, *Progress in Development Studies*, Vol. 7(4), pp. 307-325.
- Serrão, J., 1985, Notas sobre emigração e mudança social no Portugal contemporâneo, *Análise Social*, Vol. 21(87/88/89), pp. 995-1004.
- Sinclair, T., 1997, Issues and theories of gender and work in tourism, in Sinclair, T. (ed.), *Gender, work and tourism*, Routledge, New York, pp. 1-16.
- Smith, M., 2003, *Issues in cultural tourism studies*, Routledge, London.
- Wall, G., Mathieson, A., 2006, *Tourism - change, impacts and opportunities*, Pearson Education, Essex.
- Wanhill, S., 1994, The measurement of tourist income multipliers, *Tourism Management*, Vol.15(4), pp. 281-283.
- Williams, A., 1984, Introduction, in Williams, A. (ed.), *Southern Europe transformed - political and economic change in Greece, Italy, Portugal and Spain*, Harper and Row Publishers, London, pp. 1-32.
- Sun, Y., 2005, Marginal economic impacts of inbound tourism to Taiwan and policy evaluation, *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, Vol. 10(3), pp. 309-327.